

## **"Estrada da Mata: Espaço, Economia e Sociedade entre os séculos XVIII e XXI".**

Cristiane Fortkamp.  
Doutoranda PPG/GEO- UFSC-Brasil.

[cris.fortkamp@gmail.com](mailto:cris.fortkamp@gmail.com)

### RESUMEN

As áreas de campos subtropicais do sul do Brasil se constituíram economicamente através do desenvolvimento da pecuária, através da introdução dos primeiros rebanhos de bovinos da América que vieram por ocasião do Descobrimento; trazidos por portugueses e espanhóis, juntamente com a cana-de-açúcar, formando rebanhos de gado “xucro”, criados em campos de pastagens naturais, tornando-se a principal fonte econômica da região entre os séculos XVIII e XX. A ampliação da atividade econômica e o desenvolvimento do sistema capitalista possibilitaram a introdução de bovinos de origem européia, formando três momentos distintos da história da pecuária na região: A formação dos rebanhos de gado “crioulo”, criados de forma extensiva; a introdução das matrizes de origem européia e, por fim, o cruzamento genético das raças e a formação de um novo modelo de produção e um novo conceito de pecuária a partir do século XXI. A análise da combinação de modos de produção distintos num mesmo período histórico permite compreender a transição da produção pré-capitalista, para a forma capitalista de produção pecuária, e suas implicações sociais no Planalto Catarinense entre os séculos XVIII e XXI.

## **ESTRADA DA MATA: ESPAÇO, ECONOMIA E SOCIEDADE ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XX.**

Cristiane Fortkamp.

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia.  
Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil.

As áreas de campos subtropicais do sul do Brasil se constituíram economicamente através do desenvolvimento da pecuária, através da introdução dos primeiros rebanhos de bovinos da América que vieram por ocasião do Descobrimento; trazidos por portugueses e espanhóis, juntamente com a cana-de-açúcar, formando rebanhos de gado “xucro”, criados em campos de pastagens naturais, tornando-se a principal fonte econômica da região entre os séculos XVIII e XX. A ampliação da atividade econômica e o desenvolvimento do sistema capitalista possibilitaram a introdução de bovinos de origem européia, formando três momentos distintos da história da pecuária na região: A formação dos rebanhos de gado “crioulo”, criados de forma extensiva; a introdução das matrizes de origem européia e, por fim, o cruzamento genético das raças e a formação de um novo modelo de produção e um novo conceito de pecuária a partir do século XXI.

A análise da combinação de modos de produção distintos num mesmo período histórico permite compreender a transição da produção pré-capitalista, para a forma capitalista de produção pecuária, e suas implicações sociais no Planalto Catarinense entre os séculos XVIII e XXI. Trata-se, portanto, de um estudo que visa compreender a história da utilização dos campos, bem como sua importância biológica, cultural e econômica; analisando como o ambiente natural influenciou e também foi modificado pelas atividades econômicas humanas.

Localizado na porção central do Estado de Santa Catarina, o Planalto caracteriza-se por altitudes que oscilam entre 700 e 1800 metros acima do nível do mar. (Martins, 2009). O clima é temperado e úmido, chuvoso,

caracterizado por invernos rigorosos, com grande incidência de geadas, e verões brandos (Martins, 2009). Nessa região ocorre a formação de bacias hidrográficas importantes como do rio Canoas e do Rio pelotas, que formam a Bacia do Rio Uruguai.

Assim como outras áreas de campos subtropicais do sul do Brasil, a vegetação desta região é constituída em forma de mosaico campo-floresta, que em áreas menos degradadas ainda apresenta-se com certo aspecto natural. A Floresta de Araucária é fator marcante na paisagem regional, intercalando-se com as matas, que representam a adaptação da mata atlântica ao clima subtropical mais temperado. Estudos científicos evidenciam que a região campestre sul – brasileira durante o período quaternário era paisagem dominante, e que o advento de condições climáticas mais úmidas propiciou a expansão da floresta, começando a partir da migração de matas de galeria ao longo dos rios. (Pillar, 2009).

Na imagem abaixo se pode visualizar a região do Planalto catarinense chamada de Coxilha Rica:



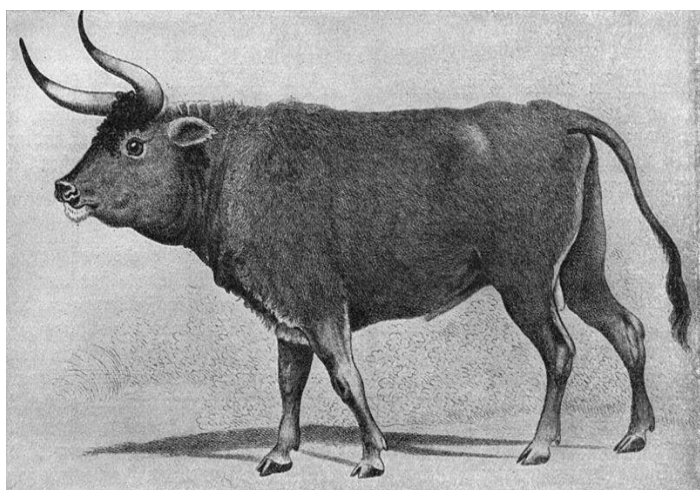
**Coxilha Rica, Município de Lages/SC. Fonte: Acervo Pessoal.**

Esta região, quando da introdução do gado pelos jesuítas no século XVII, possuía animais pastadores da fauna nativa, caracterizados por seu pequeno porte, especialmente veados, capivaras e antas. Desta maneira, o impacto causado pelo gado solto na região, causou intensa transformação da área nativa, uma vez que este procurava refúgio nas áreas florestais, e tornou

mais frequente a formação de uma vegetação secundária. Isto porque, a pecuária extensiva afeta diretamente a vegetação através da remoção da biomassa e pisoteio que controlam o avanço de certas espécies florestais como a floresta de Araucária, cujos indivíduos jovens são incapazes de rebrotar. (Pillar, 2009). Além disso, a própria intervenção antrópica, seja por ameríndios ou colonos, influenciou diretamente na distribuição das áreas de florestas e de pastoreio no Planalto catarinense. (Dorst, 1973).

O gado Crioulo Lageano que se desenvolveu no sul do Brasil tem como característica genética a rusticidade e total adaptação aos campos naturais e ao clima adverso (Martins, 2009). Sua origem remonta o período Paleolítico, entre os animais denominados Auroques, pintados no interior das cavernas da Europa. Segundo Alves, o movimento deste animal se fez em duas direções; da Europa para o Continente africano, e da Europa para o continente Asiático. Isto provocou o desmembramento ecológico para áreas tão diversas em suas condições agro-climáticas, que resultou numa grande variabilidade morfofuncional deste animal. (Alves, 2004).

A figura à esquerda ilustra o primitivo Auroque, e à direita, um exemplar da raça Crioula Lageana:



**Fonte: Martins, 2009.**

Os primeiros rebanhos de bovinos da América vieram por ocasião do Descobrimento. Estes aportaram em meados do século XVI, trazidos por portugueses e espanhóis. (Martins, 2009). Acredita-se que os primeiros exemplares tenham sido obra de D. Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martin Afonso de Souza, procedentes da Ilha da Madeira e levados para a Capitania de São Vicente, juntamente com a cana-de-açúcar. (Ehlke, 1973). Nos anos seguintes, formaram-se inúmeros rebanhos nos principais núcleos povoadores da Colônia Portuguesa (São Vicente, Bahia e Pernambuco). (Araújo, 1990).

Entretanto, a partir de 1701, uma proibição real forçou a transferência dos criatórios para uma distância de no mínimo dez léguas das lavouras de cana-de-açúcar, expandindo o criatório para o interior do Brasil. (Barbosa,1978).

Para o Estado de Santa Catarina, uma importante contribuição para a inserção das tropas bovinas Ibéricas foi às expedições espanholas, que buscavam a exploração das Vacarias Del Mar, e que forçaram os jesuítas a criar novas estâncias e reduções, para garantir a manutenção das missões. (Ehlke,1973). Por este motivo, inúmeros rebanhos foram transferidos das Vacarias Del Mar, para os campos das vacarias Del Piñar (região dos Campos de Cima da Serra), próximo às margens do Rio Pelotas, na divisa com Santa Catarina. (Martins, 2009).

Outra importante contribuição provém das tropas que os bandeirantes, após a invasão das Missões Jesuíticas, em 1636, levaram para Franca (SP), pois se acredita que durante o trajeto, várias reses se perderam das tropas e formaram rebanhos nas matas do Planalto Catarinense. Igualmente os tropeiros em suas jornadas até São Paulo, tiveram a participação na formação dos rebanhos do sul do Brasil e, também foram responsáveis por introduzir reprodutores de outras regiões do país, contribuindo para a miscigenação das raças. (Araújo,1990).

Desta forma, antes mesmo da colonização da região conhecida como “Sertão das Lagens”, havia rebanhos de um gado “xucro” forjados por seleção natural em campos abertos, sem divisas, e com pouca interferência humana. (Martins, 2009). Ademais, durante a colonização da região desta região no século XVIII, os colonizadores trouxeram consigo animais descendentes de

raças portuguesas – o chamado “gado vicentista”, que já havia sofrido mestiçagem e, formaram tipos locais, cruzados com animais remanescentes das Missões, contribuindo para a formação da Raça crioula Lageana. (Camargo, 2005).

A vegetação campestre do sul do Brasil está incluída em dois biomas Brasileiros – no Pampa, correspondente a metade sul do estado do rio Grande do Sul, e no bioma Mata Atlântica, que inclui os mosaicos campos-floresta do norte do Rio grande do Sul e nos estados de Santa Catarina e Paraná. Devido às suas condições naturais, o principal recurso forrageiro constituído pelas pastagens naturais, apresenta boa produção durante a primavera e verão, entretanto, no outono e inverno a produção torna-se escassa. (Pillar,2009).

Neste sentido vale ressaltar que as regiões descritas possuem características comuns. Saint -Hilaire, ao descrever suas viagens as províncias de Curitiba e Santa Catariana, descreve os campos gerais como um território que independe de divisões políticas e que se caracteriza pela natureza de seus produtos e de seu solo, sendo estes de fundamental importância para os costumes dos colonos que vivem nestas regiões. (Saint-Hilaire,1978).

O Projeto de Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Brasileira (PROBIO; MMA:1996), conduziu as pesquisas para a formulação de inventários florísticos e faunísticos dos campos do Planalto sul - brasileiro que estão inseridos no bioma da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como resultados foram listados 1161 espécies, das quais 107 são endêmicas e 76 ameaçadas de extinção. Sabe-se que a intensificação da produção pecuária, em algum momento levou ao aumento das áreas de pastagens cultivadas. Nabinger afirma que, apesar da alta produtividade e potencial forrageiro de muitas espécies nativas, elas não são exploradas comercialmente, aumentando a introdução de espécies exóticas. (Nabinger,2000).

Ainda assim, segundo Córdova, os campos do planalto catarinense representam o mais importante forrageiro para a bovinocultura do Estado, dispondo de 800 espécies de gramíneas e 200 leguminosas, o que reduz a necessidade de insumos e outras tecnologias. (Córdova,2004).

O Planalto Catarinense desenvolveu-se então a partir da pecuária, devido a seus vastos campos naturais, ricos em água e de topografia

privilegiada, e teve como esteio o gado na época chamado de “pelo - duro”, “raça-velha” ou “xucros”, que predominaram na região até o século XX. (Martins, 2009).

Contudo, o processo de desenvolvimento desta região torna os tipos sociais envolvidos peças fundamentais de um conjunto complexo, onde um grande número de componentes é articulado e, muitas vezes, modificam os ambientes naturais, ao mesmo tempo em que adaptam seu modo de vida em função do clima e dos habitats e que se instala. (Dorst,1973). Neste sentido deve-se discutir em que contexto histórico houve a necessidade legítima da transformação do ambiente natural, em função da transformação das atividades econômicas.

Neste sentido, a criação de gado no Planalto Catarinense envolve relações sociais características, descritas pelo autor de forma peculiar em relação à outras províncias brasileiras:

“Quando entrei nos campos gerais não somente fiquei surpreso com o aspecto da região como senti de certa forma confuso diante dos costumes dos colonos, inteiramente diferentes dos de Minas e mesmo dos habitantes do norte das províncias de São Paulo. Os homens estão sempre a cavalo e andam quase sempre a galope, levando um laço de couro preso à sela, que é de um tipo especial denominado lombinho. Os meninos aprendem desde a mais tenra idade a atirar o laço, a formar rodeio e a correr atrás dos cavalos e bois. Vi alguns que não tinham mais do que três ou quatro anos e já sabiam girar o laço acima da cabeça e lança-lo com grande destreza (...) ali não se cuida de outra coisa senão a criação de gado(...)”. (Saint-Hilaire, 1978).

Além disso, a criação de gado no Planalto Catarinense é uma temática que articula relações sociais estabelecidas entorno da atividade econômica, como família, compadrio, modos de produção, etc. (Bertussi, 2000). Estas relações permitem traçar um estudo sobre modelos econômicos engendrados no território a partir da criação de gado, que por sua vez intervém na configuração da sociedade.

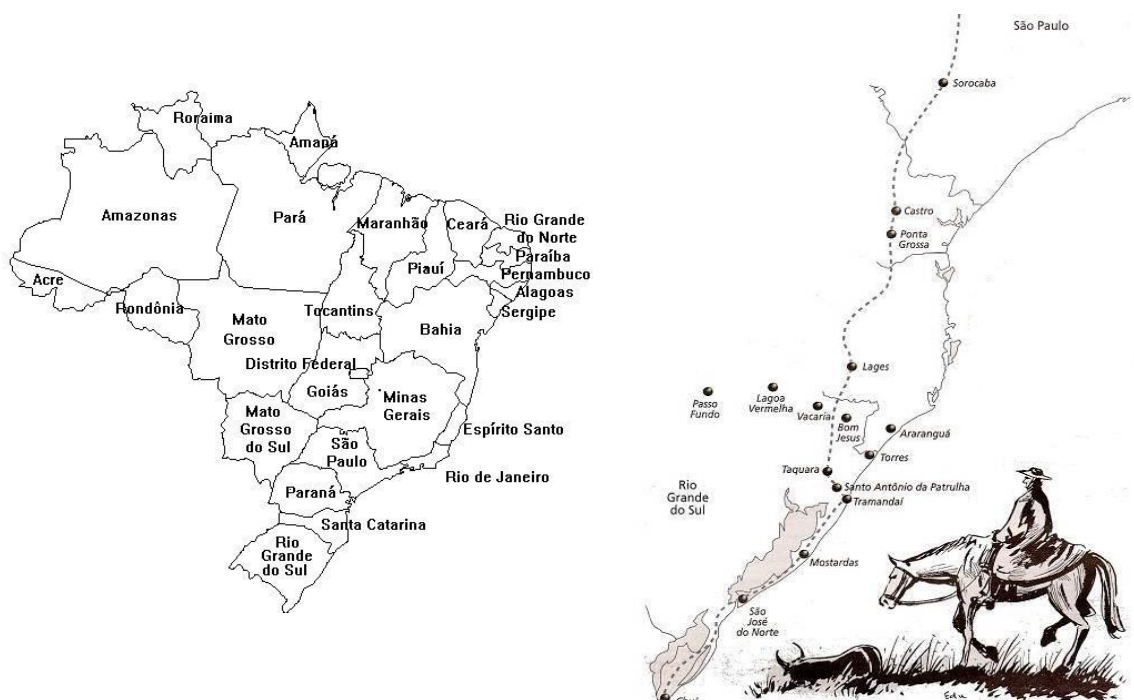
É oportuno destacar que o povoamento do Planalto Catarinense e a atividade criatória bovina não são desenvolvimentos paralelos à atividade do



tropeirismo. Isto porque o tropeirismo do século XVIII, responsável pela abertura de estradas e caminhos que ligaram o planalto ao litoral, teve na mula a mercadoria que os tropeiros comercializavam para as áreas de mineração, servindo de transporte para manter a principal economia da Colônia Portuguesa na América. (Bertussi, 2000). Entretanto esta atividade permitiu a abertura de inúmeras rotas de comércio, que posteriormente foram utilizadas na comercialização de bovinos, suínos e produtos agrícolas no Brasil meridional, além de tornarem-se referenciais para o estabelecimento de propriedades rural e povoado.

Deste modo, esta pesquisa tem como referencial geográfico inicial, o caminho aberto por Sousa Faria, conhecido como Caminho dos Conventos, que saindo de Araranguá, penetrava nos Campos de Cima da Serra e São Joaquim, seguindo em direção a Sorocaba, em São Paulo (Almeida, 1952). Contudo a abrangência territorial centra-se no desvio feito por Cristovão Pereira de Abreu, que alterou o curso da Estrada dos Conventos, atravessando o Pelotas, chegando aos campos de Lages, seguindo em direção aos campos de Curitiba e chegando a Sorocaba (Almeida, 1952).

A imagem abaixo possibilita compreender o curso formado pela nova estrada:



Fonte: Ehlke, 1973



Este novo caminho, aberto entre os anos de 1734 e 1736 tomou varias denominações, entres elas: Estrada Real, Estrada do “Certão”, ou ainda “Estrada da Mata”; (Ehlke,1973 ), e possibilitou a concessão de inúmeras sesmarias, que a partir do século XIX passaram a figurar como patrimônio de grandes figuras patriarcais e de grande influencia política e econômica – os ricos fazendeiros (Ehlke, 1973).

O povoamento da Villa de Nossa Senhora dos Prazeres de Lagens foi de caráter familiar, de origens diversas: Alemães, Italianos, Portugueses, Espanhóis; e seus descendentes de varias regiões do Brasil, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. (Dachs, 1961).

Segundo Élio Cantalício Serpa, o homem branco que se estabeleceu na Villa foi atraído pelo privilégio concedido pelo Morgado de Mateus, Governador da Capitania de São Paulo, de não cobrarem impostos por um período de dez anos, e não sofrerem prisão pelos crimes cometidos. (Serpa, 1994). Muitos solicitavam a concessão de Sesmarias e, posteriormente, vendiam-nas a outros proprietários (Dachs, 1961). O casamento e a herança era a outra forma de adquirir propriedades, que aumentavam as extensões de campo de uma mesma família. (Serpa, 1994). A foto abaixo ilustra a formação das primeiras fazendas, sendo esta a do fundador da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, Correia Pinto.



**Fazenda Cruz de Malta, casa de Correia Pinto. Fonte: Museu Thiago de Castro/Lages-SC.**

A principal atividade econômica era a criação de gado bovino, muar e cavalar. A produção era comercializada em São Paulo e atendia também o litoral da província de Santa Catarina. Além do gado para transporte e fornecimento de carne, comercializava-se também o couro. (Serpa, 1994). Desenvolvia-se ainda uma lavoura de subsistência para consumo da própria família, e comercializava-se o excedente na Villa. (Dachs, 1961).



**Lages durante o ciclo do tropeirismo. Fonte: Museu Thiago de Castro.**

Nas suas atividades econômicas e domésticas utilizavam o trabalho escravo e, para garantir a obediência e a permanência deste, contratavam os serviços do Capitão-do-mato. (Gorender, 1985). Outro seguimento social que fazia parte da força de trabalho utilizada pelo fazendeiro era o agregado – trabalhador livre, que em busca dos meios de subsistência prestava serviços junto com sua família ao fazendeiro. (Gorender, 1985).

Segundo a análise da estrutura demográfica, social e econômica da vila de Lages, entre 1798-1808, há um significativo aumento do número de agregados nas propriedades, o que pode ser explicado pelas charqueadas, e também pela procura de carne bovina pelos habitantes do litoral da Província de Santa Catarina. (Lisanti, 2000).

Desta forma, as ricas propriedades do Planalto Catarinense exploravam o trabalhador pobre, tornando a região uma mescla de elementos humanos de

origem étnica variada: em menor número o branco rico, que era o proprietário de terras e o político local; ademais, escravos, negros forros, bugres domesticados e brancos pobres que viviam em torno do seu senhor, que estabelecia uma relação paternalista, onde um relacionamento supostamente familiar atenuava as diferenças sociais entre senhores e servos. (Ehlke, 1973).

Neste sentido, o viajante francês Avé-Lallemant, ao descrever suas viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo em 1858, relata o tipo social comum e suas notas de distinção:

“Ponchos de listras variegadas flutuando ao vento, esporas gigantescas tilintando a cada passo e uma absurda quantidade de guarnições de prata nos arreios, são, neste pequeno mundo serrano semi-selvagem de Lages, a nota de distinção de um cavaleiro de classe e riqueza”. (Avé-Lallemant).

O fim da escravidão, o declínio do tropeirismo e o avanço das técnicas de produção provocaram, a partir do século XIX, um processo de transição econômica, que proporcionou uma nova percepção da paisagem, ao mesmo tempo em que redefine as relações sociais e a habitação humana, além de impulsionar a construção e a reconstrução de territórios.

Gilmar Arruda afirma que, o processo de construção de territórios é sempre conflituoso, pois envolve a competição com outras populações e outras concepções territoriais, que são concretamente formas diferenciadas de apropriação e representação do ambiente natural (Arruda, 2008). Neste sentido, a partir do século XIX intensificou-se na região a necessidade de aprimorar as técnicas de produção, com objetivo de equiparar a economia e a sociedade aos moldes do desenvolvimento Europeu. Neste sentido, estimulou-se a introdução de raças bovinas melhoradas em seus países de origem. Segundo Molinuevo, o principal argumento para proceder à importação de reprodutores de raças européias foi de que estas possuíam uma qualidade de carne superior. (Molinuevo, 2005).

Ainda segundo o mesmo autor, as raças importadas foram submetidas em seus países de origem à uma ampla seleção para obtenção de animais mais homogêneos, sendo criados os Livros de Registros Genealógicos, gozando de um prestígio de “pureza racial”, que se refletia no preço dos rebanhos, além de propaganda comercial.

A mudança drástica que sofreu o ecossistema para abrigar os novos animais e mantê-los nas fazendas teve um custo muito alto, e contribuiu para a redução dos plantéis de Crioulos, pois estes novos animais gozaram de um cuidado bem superior, o que incluía a adoção e produção de novas forrageiras, e o gasto com insumos para o tratamento de enfermidades causadas pela inadaptabilidade ao clima e ao ambiente (Martins, 2009). Isto também significou a mudança nas técnicas de produção, pois este tipo de gado não era criado solto nas grandes extensões territoriais, diminuindo a mão-de-obra necessária nas grandes fazendas para o manejo dos animais, e exigindo também maior qualificação dos profissionais ligados à economia. Além disso, a introdução de espécies exóticas em larga escala, com intuito de condicionar as forrageiras ao novo tipo de criação bovina levou à perda de parte dos campos naturais (Pillar,2009).

Por outro lado, o alto custo destes reprodutores importados tornava inviável a substituição das vacas crioulas por vacas importadas, generalizando o cruzamento (Martins, 2009). Os bons resultados obtidos desses cruzamentos incentivou ainda mais a importação de reprodutores das mais variadas raças.

A consequência desta abertura comercial às raças européias no Planalto catarinense é ainda maior, pois há uma mudança também no comportamento e na atividade dos agentes sociais que, uma vez dependentes da economia pecuarista, sofreram com as alterações. A pressão da aristocracia Lageana para infundir o sangue europeu é parte de um projeto que visava uma reorganização social que pretendia seguir os ditames da revolução Industrial, e forçaram a dispersão dos camponeses para novas atividades produtivas, uma vez que, o pequeno proprietário, ou o camponês desempregado, não possuía as condições financeiras necessárias para adaptar-se às novas formas de criação, consequentemente ficando às margens da tecnologia e tornado-se a parte marginalizada da população neste período.

Desta forma, o conceito sócio-econômico de época buscava a substituição de um bovino quase “selvagem”, por um gado “refinado”, que fosse vantajoso comercialmente; ao mesmo tempo em que julgava necessário “moldar” a sociedade, incentivando a vinda de migrantes, com intuito de transformar a economia e a sociedade segundo o desenvolvimento europeu,

uma vez que a “mestiçagem”, não oferecia condições ao desenvolvimento e ao progresso. (Jornal Guia Serrano, 1893).

Uma análise técnica afirmou que a comparação entre as raças européias e a Crioula Lageana entre os séculos XVIII e XIX não foi equitativa, e ao bovino Crioulo foi negado todo o mérito das qualidades de seu gene que foram herdadas, levando a Raça Crioula Lageana à quase extinção (Martins, 2009).

José Maria de Arruda Filho, criador e escritor, afirma em seu livro “Coisas do Passado”, de 1964, que “Se houvéssemos feito um estudo do homem do campo, das pastagens e do meio ambiente, nunca teríamos tentado substituir a raça nativa. O gado crioulo estaria disseminado por toda parte (...) e qualquer caboclo teria seu gado forte, sadio e bonito” (Arruda Filho, 1964).

Desta forma, percebe-se que os novos modelos econômicos engendrados no território intervieram também na configuração social, formando uma fronteira que divide a história regional catarinense. O espaço natural passou então, a representar também uma ligação entre a população e sua constituição cultural baseada na história da atividade pecuarista. Neste sentido, a filha de um dos mais antigos criadores de Crioulo Lageano do Planalto Catarinense, o Sr. Leovegildo Didi de Souza, ilustra a intensa relação entre a origem do criador com a raça:

“Seu Didi foi um homem que forjou sua personalidade nas tropas de mula, descendo e subindo a Serra do doze (atual Serra do Rio do Rastro), do charque caseiro às salinas do litoral (...). Campeiro por excelência casou-se nas serranias joaquinenses, e fixou esteio nos descampados da Coxilha Rica, onde formou um dos mais robustos rebanhos de bovinos crioulos.” (Martins.2009).

Assim também, José Maria de Arruda Filho questiona a desvantagem econômica do processo de introdução de outras raças no Planalto catarinense. Para o criador, se a questão fosse o melhoramento genético em função do aumento da produtividade, poder-se-ia apenas centrar os recursos no melhoramento da criação do gado crioulo, o que teria um custo muito menor para todos os proprietários. Neste sentido também afirma a disparidade em relação ao processo de compreensão das atividades econômicas e do processo de constituição das elites criadoras na região: “Nas exposições que fazemos, dão-se prêmios a um gado, e nos campos, o gado que nos premia é outro, que nem mesmo é admitido nelas”. (Arruda Filho, 1964).

Segundo Martins, não havia preocupação até o século XX com a valorização dos recursos naturais, o que contribuiu para uma evidente transformação do ambiente (Martins,2009), sem que fosse aproveitado o potencial característico da região e, conseqüentemente, reformulou os padrões de produção e a organização social da serra catarinense. Portanto, as tradições culturais e projetos desenvolvidos na região foram capazes de modificar radicalmente as relações elementares entre os seres vivos e o ambiente em questão, tornando a paisagem e a história da serra catarinense uma herança de povos que estabeleceram e reconheceram dinâmicas diferenciadas num espaço territorial, que figuraram a sua capacidade em termos de recursos e objetivos econômicos.

Desta forma, podemos compreender que, os conflitos e divisões sociais derivados da introdução de novas técnicas de criação de gado e as mudanças na constituição da propriedade e utilização dos campos e pastagens são frutos do meio e da forma como a sociedade passa a condicionar suas atividades para ampliar a possibilidade econômica da produção.

A história da economia baseada na criação de gado no Planalto Catarinense tem como forma de desenvolvimento, a busca de um modelo que buscava integrar métodos de produção que ampliassem a atividade econômica, sem, contudo, estabelecer métodos de transformação da economia regional, motivo pelo qual as elites fundiárias permaneceram constituindo o quadro político da região até meados do século XX.

## Referências Bibliográficas

- AVÉ-LALLEMANT, R. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858).
- ARAUJO, R. V. **Os jesuítas dos Sete povos**. Porto Alegre: La Salle, 1990.
- ARRUDA, Gilmar (org.). **A natureza dos rios: História, memória e territórios**. Curitiba: UFPR, 2008.
- ARRUDA FILHO, J. M. **Coisas do Passado**. Lages-SC, 1964.
- ALMEIDA, Luis castanho de. **Tropeiros do Brasil nas feiras de Sorocaba**. In: Anais do X Congresso Brasileiro de geografia, 1952.
- BARBOSA, F. D. **Vacaria dos Pinhais**. Porto Alegre: CAMARGOEST, 1978.
- DACHS, Walter. **Miseráveis povos carregados de família**. Jornal Guia Serrano: Lages, 24 set. 1960.
- DORST, Jean. **Antes que a natureza morra: Por uma ecologia política**. São Paulo: Edgard Blücher, 1973.
- EHLKE, Cyro. **A conquista do Planalto Catarinense: Bandeirantes e Tropeiros do Sertão de Curitiba**. Rio de Janeiro: Ed. Laudes, 1989.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: ÁTICA, 1985.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. São Paulo: Ed. USP, 1978.
- SERPA, Élio Cantalício. **Os indômitos povos de que Ela a Villa de Lagens se compõe pela maior parte**. In: Revista Catarinense de História. N.2. Florianópolis, 1994.
- MARTINS, Vera Maria Villamil. **Raça crioula Lageana: O esteio do ontem, o labor do hoje e a oportunidade do amanhã**. Lages: Ed. ABCCL, 2009.
- PILLAR, Valério de Patta, Et al. **Campos Sulinos: Conservação e uso sustentável da Biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.
- WEIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. RJ: IBGE, 1979.. São Paulo: USP, 1980.